

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 01/09/2014 - Edição 1113

# CNTV participa de encontro com vigilantes de Alagoas



## CNTV e Sindicatos dos vigilantes de Alagoas discutem piso nacional e planejamento da campanha salarial 2015

O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas organizou, no último sábado (30), um encontro com toda a diretoria para debater assuntos estratégicos para a categoria alagoana. O presidente da CNTV, José Boaventura, participou da reunião ao lado do presidente do Sindicato e secretário de Assuntos de Transporte de Valores, José Cícero Ferreira.

Além da discussão sobre o Piso Nacional dos Vigilantes e o planejamento do lançamento da campanha salarial 2015 no estado de Alagoas, esteve em pauta as condições de trabalho e a conjuntura nacional e internacional.

Fonte: CNTV



# CUT e entidades impulsionam plebiscito popular da Reforma Política



Representantes de entidades como a CUT, OAB, CNBB, MST, UNE, entre outras, se reuniram nesta quinta-feira (28) na sede da OAB em Brasília, para entrevista coletiva sobre as ações previstas na luta por mudanças estruturais no sistema político brasileiro e pela construção um Estado democrático e justo.

A Semana Nacional de Luta pela Reforma Política Democrática, de 1º a 7 de setembro, colocará em evidência debates sobre financiamento de campanhas eleitorais, alteração do sistema eleitoral, participação social, fortalecimento dos mecanismos de democracia direta, maior representatividade de trabalhadores, mulheres, negros, indígenas e dos demais grupos sub-representados nos espaços de poder.

Durante o período de 1º a 7 de setembro, brasileiros dos 26 estados e Distrito Federal são chamados a participar de duas ações destinadas à consolidação da democracia brasileira. A primeira é o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, com a pergunta: Você é a favor de uma constituinte exclusiva

e soberana do sistema político? O objetivo é recolher votos da população para a instalação de uma assembleia nacional constituinte para mudar o sistema político.

Outra ação é a coleta de assinaturas ao Projeto de Lei da Iniciativa Popular pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas. A proposta das 102 entidades da sociedade civil, entre as quais está a CUT, que compõem a Coalizção pela Reforma Política introduz uma série de mudanças na legislação para democratizar o sistema político e eleitoral, eliminando a influência do poder econômico sobre as candidaturas.

A meta é promover a participação popular de toda a sociedade brasileira no plebiscito e nos debates pela reforma política no Brasil e recolher 10 milhões de assinaturas a favor do projeto de lei.

## Veja onde e como votar

Já são mais de 1.500 comitês organizados em centenas de cidades de todo o país, com urnas e cédulas de votação, para viabilizar o Plebiscito Popular. Militantes de mais de 700 organizações sociais estarão nas ruas para recolher votos e coletar assinaturas em favor de mudanças no sistema político.

Os locais de votação serão disponibilizados nos principais pontos das capitais brasileiras. Também é possível participar pela internet no endereço [www.plebiscitoconstituente.org.br](http://www.plebiscitoconstituente.org.br) ou pelo [www.reformapoliticademocratica.org.br/conheca-o-projeto/](http://www.reformapoliticademocratica.org.br/conheca-o-projeto/)

## Parceria e protagonismo

Pedro Armengol, secretário adjunto nacional de Relação do Trabalho da CUT destaca a importância da coalizção dos movimentos que se unificam em torno da reforma do sistema político do país e defende um plebiscito por uma Constituinte Exclusiva por meio da pressão popular.

“Nosso sistema político tem uma

herança na ditadura militar que inibe a participação com efetiva representatividade da sociedade. A reforma do sistema político nesse momento significa uma condicionante importante para, em passos sucessivos, promovermos a reforma agrária, tributária, de comunicação e outras reformas estruturais”, alerta Armengol.

Claudio Pereira de Souza Neto, secretário-geral da OAB Nacional, destacou a importância de valorização de uma Constituição verdadeiramente republicana e democrática e criticou o sistema de financiamento das campanhas eleitorais. “Aproximadamente 93% dos candidatos são eleitos com votos transferidos por participação partidária. Precisamos defender um sistema que proporcione mais transparência, que a vontade do eleitor prevaleça como voto soberano”, adverte.

Integrante da coordenação nacional do MST, José Valdir Misnerovicz aponta o plebiscito como um passo fundamental para as mudanças na sociedade e alerta para a profunda crise estrutural em escala mundial que está em andamento. “A partir deste entendimento precisamos urgentemente nos mobilizar para discutir o diagnóstico e identificar as causas e as saídas dos problemas”, afirma.

O representante da CNBB, Dom Joaquim Mol, arcebispo de Belo Horizonte, afirma que as grandes mudanças só ocorrem pela organização do povo brasileiro e ressalta que para mexer no sistema político do país é necessário dar destaque ao interesse comum acima dos interesses particulares e corporativistas. “A CNBB vive a comunhão com todas as pessoas e com este movimento que deseja a melhora do país. Estamos aqui para reafirmar esse compromisso”, destaca

Fonte: CUT

# Goodyear e Titan Pneus indenizarão empregado alvo de ofensas sobre cor



A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a agravo interposto pela Titan Pneus do Brasil Ltda. contra decisão que havia condenado a empresa e a Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda. por prática discriminatória. As duas terão que pagar indenização de mais de R\$ 95 mil por danos morais a um trabalhador que provou que era discriminado e perseguido pelo gerente.

O empregado buscou em juízo a reparação por danos morais devido a ofensas das quais foi alvo por parte de um gerente. As testemunhas ouvidas disseram que o superior fazia

piadas com o empregado porque ele era “preto” e dizia a todos que “se sua filha casasse com um preto ele a mataria”.

A 43ª Vara do Trabalho de São Paulo levou em conta os depoimentos para condenar as empresas a pagar indenização no valor de R\$ 10 mil, afirmando que o dever de indenizar decorreu de ato ilícito previsto no artigo 186 do Código Civil. O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) aumentou a indenização, com o entendimento de que cabia à Goodyear e à Titan zelar pelo ambiente de trabalho saudável e coibir práticas ofensivas à integridade moral dos empregados, reprimindo

comportamentos inadequados. Levando em conta a capacidade econômica das partes, a ofensa, o salário pago e o período trabalhado, o TRT-2 elevou a indenização para R\$ 95.952.

A Titan Pneus agravou da decisão para o TST, mas a Segunda Turma entendeu que o TRT fixou a indenização amparado nas provas e no princípio do livre convencimento motivado, sendo indiscutível a gravidade do ato praticado. Como não se admite o aumento ou diminuição do valor da indenização por danos morais no TST em razão da necessidade de revolvimento de fatos e provas, vedado pela Súmula 126, a não ser em caso de valores módicos ou exorbitantes, a Turma negou provimento ao agravo.

## Violação à dignidade

Na sessão de julgamento, o relator, ministro José Roberto Freire Pimenta, foi enfático ao registrar a gravidade da violação à dignidade ao trabalhador, que “sofreu com comentários jocosos e discriminatórios referentes à cor da sua pele, além de estarem claros o dano moral daí decorrente e a consequente ofensa à dignidade da pessoa humana”.

Fonte: TST

## Turma reconhece legitimidade de sindicato em ação contra redução de salários de professores



A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a legitimidade do Sindicato dos Professores de Campinas e Região

para propor ação contra a Sociedade Campineira de Educação e Instrução, que mantém a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que teria reduzido salários de parte dos professores contrariando convenção coletiva. A Turma aplicou o artigo 8º da Constituição Federal e a jurisprudência do TST e do Supremo Tribunal Federal (STF) para concluir que o ente sindical “tem ampla legitimidade para a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da

categoria que representa”. A decisão, unânime, determinou o retorno do processo à Terceira Vara do Trabalho de Campinas para que seja analisado o mérito do pedido.

Na ação, o sindicato alegou que a PUC-Campinas estaria descumprindo as cláusulas referentes à irredutibilidade salarial, criando três categorias diferentes com base no novo plano de cargos e salários, que diminuiu o valor das horas-pesquisa e, em consequência, os salários de alguns professores. Segundo a

entidade, não haveria justificativa para a diminuição dos salários, pois não houve redução do tempo nem qualquer alteração qualitativa do trabalho dos professores. Alegou ainda que, para ser válida a nova regra, os professores teriam de aderir a ela, e que alguns teriam aderido apenas por medo de perderem seus empregos.

A Terceira Vara do Trabalho de Campinas considerou o sindicato ilegítimo para propor a ação e extinguiu o processo sem análise do

mérito do pedido. De acordo com a sentença, o caso não trata de direito individual homogêneo (atendendo a uma categoria), pois envolve a análise da situação de cada profissional. Assim, a ação seria para defender direitos individuais e heterogêneos, para a qual o sindicato não teria legitimidade. O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP) manteve a sentença, com os mesmos fundamentos.

No recurso ao TST, o sindicato afirmou que a convenção coletiva

que assegura a paridade salarial do professor ingressante constitui a origem comum do direito postulado no processo. A relatora, ministra Dora Maria da Costa, citou a Súmula 286, que trata da substituição processual, e enfatizou ser irrelevante a discussão sobre direitos individuais ou homogêneos, uma vez que a legitimidade do sindicato para o ajuizamento da ação de cumprimento “está expressamente prevista em lei”.

Fonte: TST

## Efeitos da ditadura perduram nas condições precárias de trabalho, diz CNV

Os efeitos da ditadura de 1964 nos sindicatos de trabalhadores refletem-se ainda hoje em baixos salários e condições precarizadas de trabalho, avalia a advogada Rosa Cardoso, da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Coordenadora do grupo de trabalho que investiga o tema, a advogada se reuniu nesta quinta-feira (28), no Rio de Janeiro, com dirigentes sindicais e pessoas que resistiram à repressão militar em empresas no Rio de Janeiro. No evento, sindicalistas também denunciaram a suspeita de que as organizações ainda sejam monitoradas por forças de segurança, apesar do fim do regime militar há 29 anos.

“Primeiro, posso dizer sobre a depressão salarial. Antes de 1964, os trabalhadores ganhavam muito melhor. A queda de salário durante todo período fez com que as reivindicações fossem retomadas a partir de um patamar baixíssimo”, lembrou a advogada. A segunda questão, segundo Rosa Cardoso, foi a retirada da estabilidade no emprego, “que foi mantida e é uma fonte de aflição e angústia, porque todos temem o desemprego”, afirmou.

Devido à presença de empresas estatais, como a Petrobras e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a organização dos sindicatos foi bastante combatida no Rio e considerada uma ameaça pelos militares. “Aqui era a capital e concentrava 80% das estatais. Os trabalhadores eram muito politizados. Estivadores, metalúrgico,

petroleiros e portuários eram categorias conectadas com o projeto político nacional e não somente com as condições de trabalho”, destacou Rosa.

Durante o encontro com a CNV, os sindicalistas contaram que as entidades sofreram intervenções diretas e foram monitoradas pelas assessorias de Segurança e Informação (ASI) - criadas pela ditadura para vigiar empresas e órgãos públicos. Nos sindicatos, foram suspensas eleições de dirigentes e os trabalhadores ficaram impossibilitados de discutir convenções de trabalho e reajustes de salário. “Isso desarticulou a luta”, frisou Jadir Batista Araújo, da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Sindicalista à época, Geraldo Cândido, da Comissão Estadual da Verdade, acrescentou que os militares quebraram equipamentos e destruíram arquivos dos sindicatos. “Os militantes que não fugiram foram presos imediatamente e os que escaparam foram presos depois. A verdade é que os trabalhadores foram as primeiras vítimas do regime”, pontuou.

Na ditadura, muitos trabalhadores chegaram a ser presos e torturados dentro das empresas. Houve ainda demissões em massa, aposentadorias compulsórias e suspensão das promoções. Conhecido como Mario Macaco, Luiz Mario dos Santos conta que cerca de 100 funcionários dos Correios, sindicalistas à época, lutam até hoje para serem anistiados pelo Estado.

Durante o evento da CNV, Claiton Coffy, da diretoria executiva da Conlutas - Central Sindical e Popular, aproveitou para denunciar perseguição a sindicalistas e movimentos sociais na atualidade. “Qualquer atividade que questione o lucro das empresas e a política de governos é criminalizado hoje em dia”, disse. Ele citou como exemplo a prisão de ativistas durante os protestos contra a Copa do Mundo.

“A imprensa divulgou à época todo o monitoramento desses ativistas, como interceptações telefônicas e atuação em redes sociais. Temos certeza de que dirigentes de categorias importantes, como os petroleiros, estão sendo monitorados por órgãos de segurança”, denunciou.

Os relatos dos trabalhadores e sindicalistas perseguidos pela ditadura e o impacto da repressão na atividade sindical constará do relatório com as conclusões finais da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre as atividades do regime, previsto para ser concluído até o fim deste ano.

Também participaram do evento dirigentes da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e Intersindical - Central da Classe Trabalhadora.

Fonte: Agência Brasil

### Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz  
Jornalista: Priscilla Beine  
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)  
email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11  
CEP: 73300-000 Brasília-DF